

A PRESENÇA DO TRADUTOR/INTÉRPRETE DE LIBRAS- PORTUGUÊS EM UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

Geralda Severina de Sousa Lucena¹
Sheila Costa de Farias²

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho foi analisar o papel do intérprete de Libras em unidades básicas de saúde (UBS) conforme a perspectiva do Surdo³. E como específicos: 1) apresentar o que pensa uma pessoa Surda quanto à presença de intérprete em UBS; 2) descrever experiências de interação entre Surdo e sujeitos não fluentes em Libras nas UBS de Patos-PB; 3) relacionar as vivências do Surdo nas UBS em Patos-PB com as garantias de direitos em documentos oficiais. Para fundamentar teoricamente este trabalho, recorreu-se a argumentos de autores, no que dizem respeito ao profissional tradutor/intérprete de Libras; à falta de uso da Libras em todas as etapas de assistência à saúde do Surdo; ao direito do Surdo de ter atendimento de saúde digno com o uso de Libras, dentre outros. Para a realização deste trabalho, quanto aos procedimentos, foi escolhida a pesquisa do tipo estudo de caso; e quanto à abordagem, optou-se pela pesquisa qualitativa. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizado um questionário, contendo questões abertas, respondidas por um Surdo usuário das UBS de Patos-PB. Após a análise dos dados, chegou-se à conclusão de que a maior dificuldade no atendimento da pessoa Surda, nos âmbitos de saúde, acontece por falta de comunicação. Essa falha é fruto da ausência do profissional intérprete de Libras e da falta de proficiência em Libras pelos profissionais da saúde. Constatou-se que as garantias das legislações no atendimento digno ao Surdo não funcionam no cotidiano das UBS de Patos-PB.

Palavras-chave: Profissional de saúde, Surdo, Direito linguístico.

INTRODUÇÃO

As Unidades Básicas de Saúde (UBS) (antes conhecidas como Centros de Saúde, Postos de Saúde, Clínicas da Família) são

estabelecimentos de Atenção Primária, responsáveis pela assistência à saúde de uma população, assim cada cidadão deve ser atendido na UBS referente ao seu endereço. Cada unidade básica de saúde conta com uma equipe composta por médico, técnicos em enfermagem, agentes comunitários de saúde, dentista e técnico em higiene bucal⁴.

¹ Graduanda no curso de Licenciatura Letras-Libras pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB geraldalucenas@gmail.com

² Professora da Universidade Federal da Paraíba, no Centro de Ciências Agrárias – *Campus II*, e doutora em Linguística scf@academico.ufpb.br

³ Utilizamos aqui a palavra Surdo e suas derivadas sendo iniciadas com letra maiúscula, por entendermos que o Surdo é um sujeito com sua identidade, cultura e língua específicas (WILCOX e WILCOX, 2005).

⁴ <https://www.saude.df.gov.br/unidades-basicas/>

E os principais serviços oferecidos à população nessas unidades de saúde são “consultas médicas, curativos, injeções, vacinas, coletas de exames laboratoriais, tratamento odontológicos, encaminhamentos a especialidades e fornecimento de medicação básica”⁵.

Ao observarmos a ausência do uso de Libras nos atendimentos aos Surdos, por muitos profissionais de saúde nas UBS, surgiu a reflexão e a necessidade de relatar sobre a importância do profissional intérprete de Libras nesse âmbito de saúde. Principalmente, nesse momento de pandemia em que estamos vivendo em virtude da Covid-19, em que deveria ter um atendimento *on-line*, com o suporte do profissional da Libras para a comunidade Surda.

No entanto, isso não acontece. As políticas que envolvem a saúde pública não viabilizam o profissional tradutor/intérprete de Libras para auxiliar no atendimento ao sujeito Surdo. Este profissional interpreta conforme o contexto e o discurso entre Surdos e pessoas que não são fluentes em Libras (QUADROS, 2004, p. 27).

Temos nos deparado com estudos (LACERDA, 2009; ALBRES, 2015, dentre vários) que tratam sobre este profissional em âmbito escolar. Mas, a partir de tantos relatos informais dados pelos Surdos, e por termos presenciado, muitas vezes, a falta de comunicação entre Surdo e atendente, nos motivamos para realizar este trabalho é buscar responder a seguinte questão: qual é o papel do intérprete de Libras nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) de acordo com o Surdo?

Para responder tal pergunta, temos como objetivo geral: analisar o papel do intérprete de Libras em UBS conforme a perspectiva do Surdo. E como específicos: 1) apresentar o que pensa uma pessoa Surda quanto à presença de intérprete em UBS; 2) descrever experiências de interação entre Surdo e sujeitos não proficientes em Libras nas UBS em Patos-PB; 3) relacionar as vivências do Surdo nas UBS em Patos-PB com as garantias de direitos em documentos oficiais.

METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho, quanto aos procedimentos, foi escolhida a pesquisa do tipo estudo de caso. Para Yin (2005, p. 32), “o estudo de caso é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real”. Em nosso estudo, coletamos dados com um Surdo, que é usuário das UBS de Patos – PB, o qual necessita dos serviços ofertados por tais unidades, ainda mais, atualmente, quando estamos vivendo um momento de pandemia em virtude da COVID-19.

⁵ <http://pac.gov.br/infraestrutura-social-e-urbana/ubs-unidade-basica-de-saude>

E quanto à abordagem, optamos pela pesquisa qualitativa, a qual, de acordo com Flick:

[...] é a atividade investigativa que posiciona o observador no mundo, ela consiste em um conjunto de práticas interpretativas e materiais que tornam o mundo visível. Neste contexto, a pesquisa qualitativa envolve um caráter interpretativo e de abordagem naturalística diante do mundo, ou seja, os pesquisadores estudam as coisas em seus contextos naturais, procurando compreender e/ou interpretar os fenômenos em termos dos sentidos que as pessoas lhe atribuem. (FLICK, 2009, p. 9).

i) Participante

O Surdo, de 38 anos, casado, licenciado em Letras-Libras pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB, UAB/EAD), também formado em Educação Física, pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), na modalidade presencial, foi escolhido para ser entrevistado nesta pesquisa.

As razões de tal escolha foram, primeiramente, por ser Surdo bilateral, classificado com surdez profunda, comprovada por laudo médico. Também, por ser fluente em Libras. Além disso, o Surdo selecionado domina a língua portuguesa na modalidade escrita e é usuário do SUS, como já dito, de modo que necessita de atendimento relacionado à saúde nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), da cidade de Patos-PB.

ii) Instrumento

Como instrumento de pesquisa, foi utilizado um questionário estruturado, contendo dez questões abertas, o qual foi elaborado com intenção de coletar dados sobre o que pensa o sujeito Surdo em relação ao papel do intérprete de Libras nas UBS em Patos-PB.

iii) Procedimentos para a coleta dos dados

Para que acontecesse a coleta dos dados, primeiro, foi realizado o convite ao participante da pesquisa para a entrevista. Logo após, foi marcada, de acordo com a disponibilidade de tempo do Surdo. A entrevista aconteceu de forma presencial, em 25 de setembro de 2020, na residência do participante, local escolhido pelo mesmo.

Em decorrência da pandemia causada pela COVID-19, foram seguidos todos os protocolos de biossegurança estabelecidos pela OMS (Organização Mundial de Saúde), e demais órgãos competentes. Ficamos no ambiente apenas eu, a pesquisadora, e o entrevistado Surdo.

A entrevista foi feita da seguinte forma: a pesquisadora fazia as perguntas utilizando a Libras e o participante respondia também nesta língua. Na medida que eram feitas as perguntas

e dadas as respostas, ocorria a gravação. Terminada a entrevista, foram transcritas as respostas, pela pesquisadora, em sua própria residência.

iv) Procedimentos para a análise dos dados

Para a análise dos dados, o procedimento usado foi dividir os dados em temas, com base no que é proposto por Braum e Clark (2006). Conforme Souza (2019, p. 52), “A AT [Análise de Temas] é um método de análise qualitativa de dados para identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) a partir de dados qualitativos”.

Considerando isto, os dados coletados foram analisados considerando os dois seguintes temas: 1) Intérprete de Libras nas UBS; 2) Comunicação entre Surdo e ouvinte nas UBS. Como o Surdo sinalizou em Libras, transcrevemos as respostas para a língua portuguesa, a fim de ser mais fluida a leitura deste trabalho.

REFERENCIAL TEÓRICO

O Tradutor/Intérprete de Libras-Português (TILSP) é o profissional que ocupa um espaço de suma importância na comunidade Surda brasileira, porque a sua função é intermediar a comunicação entre Surdos fluentes na Libras e ouvintes que não conhecem a língua de sinais.

Para ser um intérprete de Libras, não basta apenas saber manejar os sinais, também se faz relevante que possua proficiência na língua falada do país de origem. Quadros (2004, p. 27) afirma que o (TILSP) é o profissional que domina a língua falada e que é qualificado para desempenhar a função de intérprete de Libras. No Brasil, o intérprete deve dominar a língua brasileira de sinais (Libras) e a língua portuguesa”.

Com base no código de conduta ética do TILP de 1992, o código de ética dos TILSP, que faz parte do Regimento Interno do Departamento Nacional de Intérpretes (FENEIS), destaca, no Art. 1º, que o TILSP “deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confiante e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confiança, as quais foram confiadas a ele” (QUADROS, 2004, p. 31). Para fundamentar essas afirmações, vejamos o que está descrito no Art. 6º da Lei nº. 12.319, de 1º de setembro de 2010, que trata das atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências (BRASIL, 2010):

- I - Efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
- II - Interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis

fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares; Interpretação da Libras e da Língua Portuguesa[...]

No Brasil⁶, a profissão de Tradutor/Intérprete de Libras-Português (TILSP) é regulamentada pela Lei Federal nº. 12.319, de 1º de setembro de 2010. Em 1988, a FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos)⁷ proporcionou o I Encontro Nacional de Intérpretes da Libras, tendo como objetivo analisar a ética dos intérpretes brasileiros. Em 1992, a FENEIS realizou o II Encontro Nacional de Intérprete de Língua de Sinais, tendo como finalidade compartilhar experiências entre os intérpretes. Neste encontro, aconteceu a votação do regime interno do Departamento Nacional de Intérpretes.

Em nosso trabalho, enfatizamos a importância desse profissional na área da saúde, especificamente nas UBS, onde o intérprete é indispensável na mediação entre pacientes Surdos e profissionais não fluentes em Libras, que legalmente é reconhecida como L1 para a comunidade Surda do Brasil.

A Libras foi reconhecida pela Lei Federal nº. 10.436, de 24 de abril de 2002 (BRASIL, 2002) e regulamentada pelo Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005). Esse reconhecimento foi extremamente importante tanto para a comunidade Surda, como também para os intérpretes da referida língua, a qual, uma vez reconhecida, se tornou um instrumento legal para a valorização do tradutor/intérprete.

O Art. 3º, da Lei nº. 10.436/2002, de 24 de abril, afirma que: “As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor” (BRASIL, 2002). Conforme rege este artigo sobre a garantia do atendimento à pessoa Surda, podemos afirmar que a presença do intérprete de Libras é fundamental nos ambientes de saúde, onde os profissionais de saúde também poderiam saber Libras.

No entanto, a maioria não sabe Libras. Freitas e Seidl (2011, p. 119) afirmam que: “Como a maioria dos profissionais da saúde não têm o domínio desse meio de comunicação, passam a utilizar outras ferramentas como a linguagem escrita ou leitura labial”. Todavia, vale

⁶ Lei nº. 12.319, de 1º de setembro de 2010, regulamenta a profissão de Tradutor/Intérprete de Libras-Português TILSP do Brasil (BRASIL, 2010) <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1025011/lei-12319-10>

⁷ “Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS) é uma instituição filantrópica, sem fins lucrativos, cujo objetivo é integrar os Surdos em atividades culturais, educacionais, públicas e social da comunidade surda do Brasil”: <https://feneis.org.br>

lembrar que essas estratégias de comunicação tendem a ser mais favoráveis se o Surdo for oralizado.

Vejamos a afirmação de uma pessoa Surda sobre isso, apresentada por autores: “O médico escreve a hora que tem que tomar o remédio, isso é fácil. Difícil é entender as explicações da doença e para que serve o remédio” (CHAVEIRO, PORTO e BARBOSA, 2009, p. 149). Corroborando com esta citação, a escrita, muitas vezes, não facilita a compreensão entre paciente e médico. Assim, podemos afirmar que essa não é a melhor forma de comunicação no atendimento ao Surdo.

Destacamos que a “maior dificuldade de interação e impedimentos de comunicação nos serviços de atendimentos de saúde é pela escassez de profissionais que conheçam e usem a Libras” (SÁ et al., 2017 *apud* SILVA et al., 2019, p. 6). Assim sendo, a falta de interação torna-se um abismo entre pacientes Surdos e profissionais da saúde. Diante dessa problemática, os profissionais precisariam conhecer, pelo menos, o básico da Libras, por exemplo, os sinais utilizados no contexto da saúde.

A Libras é uma língua de modalidade gestual-visual e possui uma estrutura gramatical própria como itens lexicais, morfossintáticos, semânticos, pragmáticos, fonológicos, além da expressão facial e corporal (GESSER, 2009). Sabemos que a linguagem é inerente ao desenvolvimento humano. Por isso,

Para Vygotsky, a linguagem é um sistema de signos, mediadora das interações, que ocupa um papel para o desenvolvimento do sujeito. Segundo Silva (1999, p.22), Vygotsky afirma que é por meio da linguagem que o indivíduo ingressa em uma sociedade, internaliza conhecimentos e modos de ação, organiza e estrutura seu pensamento [...]. (VARGAS; GOBARA, 2014, p. 452).

Desse modo, o intérprete ocupa um papel de destaque nessas relações, pois ele se torna o mediador das interações entre pessoas Surdas e ouvintes.

Passemos agora a comentar sobre as UBS, que são as primeiras portas de entrada no auxílio dos cuidados da saúde da comunidade. Quanto à cidade de Patos-PB, local da nossa pesquisa, conforme Souza⁸ (2017, np), esta cidade “Possui uma das melhores infraestruturas de Redes de Atenção à Saúde (RAS) do Estado da Paraíba, pois conta com um arcabouço de serviços, estabelecimentos, programa de tecnologias na atenção básica, média e alta complexidade”.

Ainda de acordo com Souza (op. cit.), sobre a equipe de profissionais de saúde pública:

⁸ <https://siteantigo.portaleducacao.com.br/>

Na atenção básica, que é o primeiro nível de atenção à saúde, e uma das portas de entrada dos usuários do SUS, a rede municipal de saúde conta com 40 ESF - Equipes de Saúde da Família (Médico, Enfermeiro, Odontólogo, Técnico de Enfermagem, Técnico de Saúde Bucal e Agentes Comunitários de Saúde), sendo 40 UBS - Unidades Básicas de Saúde.

Entretanto, vale ressaltar que, nessa equipe de profissionais, não deveria faltar o intérprete de Libras, pois poderia possibilitar a comunicação entre pacientes Surdos e os profissionais que dão assistência ao Surdo, mas não possuem fluência em Libras.

Enfatizamos, ainda, que há leis que tratam da Acessibilidade Comunicacional, como a Lei nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, a qual define, em seu C I Art. 2º, que a acessibilidade é “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia” (BRASIL, 2000), e a Lei nº. 13.146, de julho de 2015, conhecida como Lei de inclusão, que define a comunicação “como forma de interação dos cidadãos” (BRASIL, 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO⁹

A seguir apresentaremos os dados divididos em dois momentos: tema 1 – Intérprete de Libras nas UBS; e tema 2 – Comunicação entre Surdo e ouvinte nas UBS. Para cada tema, iremos expor as questões com as respectivas respostas dadas pelo Surdo. Em seguida, discutiremos os dados à luz do suporte teórico aqui disponibilizado.

T1- Intérprete de Libras nas UBS

Inicialmente perguntamos ao Surdo: Quando necessita de atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), você sempre vai sozinho ou na companhia de alguém? Por qual razão ocorre desta maneira? Ao que ele respondeu:

Então, não vou só, minha irmã vai comigo, o médico não sabe Libras. Na hora da consulta, o médico pergunta para minha irmã: o que o Surdo está sentindo? E ela responde: dor na cabeça, barriga e mal-estar. Então o médico nem me olha e prescreve o medicamento e manda irmos embora. Eu fico só olhando - entre o médico e eu não tem comunicação. Vejo os dois dialogando e penso: e minha privacidade? Tenho medo que minha irmã espalhe o meu problema de saúde e minha família ache que estou com algo grave.

Conforme observamos, o Surdo traz em seu discurso a falta de acessibilidade comunicacional dentro desse ambiente de saúde. Ao observarmos o que diz a Lei nº. 10.098/2000 sobre esta acessibilidade, podemos deduzir que a comunicação é o ponto de partida

⁹ Neste tópico, sublinhamos as questões que foram feitas para o Surdo entrevistado, a fim de distingui-las do resto do texto referente à análise dos dados. E colocamos em itálico as respostas dadas por ele.

para minimizar a falta de segurança no acolhimento ao indivíduo com necessidades específicas, principalmente, em relação a saúde.

Em seguida, foi perguntado ao Surdo: Quando chega nas UBS, você espera que sempre tenha o suporte de um intérprete? Por quê? Vejamos a resposta:

Seria maravilhoso, pois o Surdo tem direito de um atendimento digno e o intérprete de Libras faria a intermediação entre o Surdo e os profissionais das Unidades Básicas de Saúde. Mas, infelizmente, nesse ambiente não tem intérprete de Libras[..].

O relato do Surdo evidencia o que foi discutido por teóricos: os profissionais de saúde não dominam a Libras (SÁ et al.,2017 *apud* SILVA et al.,2019). Ou seja, mesmo com todas as garantias dadas em documentos oficiais, o Surdo não encontra o devido acolhimento para tratar dos seus problemas de saúde.

Depois, questionamos: Qual seria o papel do intérprete de Libras nas UBS? E ele respondeu:

O papel do intérprete de Libras nas UBS seria valioso, pois ele seria a fonte de comunicação entre Surdos e os profissionais que não conhecem a Libras. Porém chego na Unidade Básica de Saúde para pegar um medicamento e a atendente não me compreende. Olho para um, olho para outro e nada de comunicação, então penso, tá tudo errado! E se por azar me sentisse mal, como seria? O Surdo morreria por falta de comunicação, pois não há intérprete nas UBS. Como sentir que a vida do Surdo tem importância? Chega! Basta! A área da saúde necessita de intérpretes de Libras para mediar diálogo entre Surdo e profissionais da UBS.

Entre Surdo e ouvintes, há culturas linguísticas distintas, o que dificulta a interação entre eles. O intérprete, então, é o profissional habilitado para propiciar a comunicação entre esses sujeitos, é o profissional adequado para “atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas” consoante a Lei 12.319, de 1º de setembro de 2010, Art.6º - IV (BRASIL, 2010).

T2- Comunicação entre Surdo e ouvinte nas UBS

Para a discussão do T2, iniciamos com a seguinte questão: Qual sistema costuma utilizar para o agendamento de consultas médicas, e como acontece? Como resposta, obtivemos o que segue:

Acontece da seguinte forma: vou para a UBS, escrevo em um papel, por exemplo, “quero marcar uma consulta”. Então a recepcionista olha e marca o dia e a hora em que devo ir ao médico. Geralmente, uma semana após o dia em que foi agendado. O mesmo sistema, para quando necessito de agendamento para um exame, acontece por escrito, pois os profissionais das UBS não conhecem a Libras. Sei escrever em Português, então para a agendamento vou sozinho. No entanto, muitos Surdos não

sabem escrever, nesse caso um parente próximo vai junto e faz o agendamento para a pessoa Surda.

Embora o Surdo domine a modalidade escrita da língua portuguesa, o mesmo nos faz entender que essa estratégia de agendamento não funciona com todos os sujeitos Surdos e que o único meio de comunicação para eles é através da língua de sinais – Libras.

A seguir, pedimos ao entrevistado para responder: Como ocorre o atendimento na recepção e como é feito em relação ao preenchimento de formulário? O Surdo, então, nos relatou:

É um problema, me aproximo e a recepcionista não me entende e ainda diz: Ah é mudo! Eu: ops! Mudo não. Por que mudo? Então mostro, através da escrita, que não sou mudo e que o certo é Surdo. Mas a atendente não me compreende e me ignora, sinto uma angústia, pois falta comunicação e ainda me olha como se fosse um débil mental [...].

Diante do relato, observamos a revolta do Surdo por não ser reconhecido como um sujeito que possui capacidades intelectuais e por não usufruir de direitos garantidos pela legislação. Além disto, reforçamos que “assim como qualquer outra pessoa, o paciente Surdo necessita e tem o direito de receber atendimento, com o mínimo de dignidade e respeito” (SÁ et al., 2017 apud SILVA et al., 2019, p. 5).

Por fim, indagamos: De que modo acontece a interação entre médico e paciente no momento da consulta? As explicações são repassadas com clareza? Por quê? O Surdo, por sua vez, respondeu:

É muito difícil! O médico da UBS de Patos-PB não sabe Libras. Nesse âmbito, não há comunicação entre paciente Surdo e os profissionais da UBS. Então minha irmã me acompanha para ajudar na hora da consulta. É sempre assim: o médico pergunta para ela o que estou sentindo, explico para ela e assim acontece a comunicação entre os dois. Fico preocupado, pois minha irmã não é fluente em Libras e, às vezes, não compreende o sinal. Tenho medo que ela passe algo errado para o médico e ele me receite o medicamento não adequado.

A interação é algo indispensável entre seres humanos. Em ambientes de saúde, é necessário que a comunicação aconteça de modo natural e com clareza. Vemos, portanto, embora existindo leis que asseguram os direitos das pessoas com deficiência de usufruírem de acessibilidade comunicacional (Lei nº.10.098/2000) e inclusão (Lei nº.13.146/2015), averiguamos que no sistema de saúde de Patos-PB ocorrem falhas, por parte da equipe que atende o Surdo, nos aspectos citados. Enfatizamos, portanto, que não basta apenas estar no texto escrito da lei, é necessário que seja cumprida a lei no dia a dia da pessoa Surda.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de todas as garantias dadas pela lei da acessibilidade comunicacional - Lei nº. 10.098/2000; da inclusão social - Lei nº. 13.146/2015; e da comunicação com o uso da Libras - Lei nº. 10.436/2002, os dados mostram que, nas UBS de Patos, tais leis não são cumpridas.

Observamos que a maior dificuldade no atendimento à saúde do Surdo acontece por falta de comunicação entre Surdos e profissionais não proficientes em Libras. Em sendo assim, o usufruto do direito de um atendimento com o uso de Libras não acontece, conseqüentemente, a pessoa Surda não goza do direito da inclusão. Tais garantias, disponibilizadas em textos oficiais, são apenas palavras mortas postas em leis.

Para o Surdo entrevistado, a solução de melhoria quanto ao atendimento nas UBS, para a comunidade Surda, seria: primeiro, a presença do profissional tradutor e intérprete de Libras nesse ambiente de saúde, uma vez que este profissional auxilia na mediação comunicativa entre pacientes Surdos e profissionais da saúde; e segundo, em não tendo o tradutor/intérprete, a necessidade de os profissionais de saúde conhecerem a Libras.

Com as alternativas citadas, os Surdos seriam incluídos no atendimento à saúde de modo digno e equânime. Para tanto, cabe aos gestores aplicar políticas públicas e fazer valer na prática o que está descrito nas leis no que diz respeito aos direitos do cidadão Surdo no contexto da saúde. Findamos com a informação de que, após a realização deste trabalho de pesquisa, precisamente em 14 de outubro de 2021, foi publicada a notícia de que a Prefeitura de Patos iria oferecer um curso básico de Libras para os profissionais de saúde dessa cidade¹⁰. Frisamos que não é somente a partir de noções básicas de Libras que estes profissionais darão conta de entender as minúcias do que o Surdo pretende comunicar, mas compreendemos que já é um passo para se tentar efetivar o que é garantido em lei: o direito linguístico.

REFERÊNCIAS

ALBRES, N. **Intérprete Educacional**: políticas e práticas em sala de aula inclusiva. São Paulo: Harmonia, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/bak/v13n3/2176-4573-bak-13-03-0015.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2021.

BRAUN, V.; CLARK, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research**, v. 3, n. 2, p. 77-101, 2006.

BRASIL. Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com

¹⁰ <http://patos.pb.gov.br/noticias/prefeitura-de-patos-a12317.html>

mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2000, p. 2. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2000/lei-10098-19-dezembro-2000-377651-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 24 maio 2021.

BRASIL. Lei nº 10436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2002, p. 23. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm> Acesso em: 25 maio 2021.

BRASIL. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais (Libras), e o Art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. **Diário Oficial da União**, Brasília/DF, 22 de dezembro de 2005. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 30 abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 12.319, de 01 de setembro de 2010. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 02 set. 2010, p 1.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 07 jul. 2015, p. 2.

CHAVEIRO, N.; PORTO, C. C.; BARBOSA, M. A. **Introdução à surdez e a Libras no contexto da saúde**. 2009. Disponível em: <https://mooc.campusvirtual.fiocruz.br/rea/acessibilidade-sus/downloads/modulo_6/Apostila-acessivel_mod6_parte2.pdf>. Acesso em: 24 maio 2021.

FLICK, U. **As ferramentas da pesquisa qualitativa aplicadas aos estudos territoriais**. 2009. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8847/1/As%20Ferramentas.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2021.

FREITAS, A.F.; SEIDL, E.M.F. Study on heteronomy in the health care to children and adolescents with special needs. **Revista Bioética**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 119-140, 2011.

GESSER, Andrei. **Libras: que língua é essa?** Crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda. São Paulo: Parábola, 2009.

LACERDA, C.B.F. DE; POLETTI, J. E. **A escola inclusiva para surdos**: a situação singular do intérprete de língua de sinais. In: FAVEBRO, O; FERREIRA, W; IREAND, T; BARREIROS, D.N. (Org). Tornar a educação inclusiva. 1. Brasil: Unesco/ ANPED, 2009, p. 159-176.

QUADROS, R. M. **O tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa**. Brasília: MEC/SEESP, 2004.

SÁ, T. M. et. al. **Saúde e as novas tecnologias no ensino de Libras**: a elaboração de um vídeo ilustrativo anamnese de enfermagem. 2017. Disponível em:

<https://mooc.campusvirtual.fiocruz.br/rea/ acessibilidade-sus/downloads/modulo_6/Apostila-acessivel_mod6_parte2.pdf>. Acesso em: 24 maio 2021.

SOUZA, F. M. **A saúde pública em Patos-PB: desafios e enfrentamentos para qualificar.** 2017. Disponível em:

<https://siteantigo.portaleducacao.com.br/conteudo/artigos/administracao/a-saude-publica-em-patos-pb-desafios-e-enfrentamentos-para-qualificar/73231>. Acesso em: 20 maio 2021

SOUZA, L. K. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a análise temática. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2, p. 51-67, 2019.

VARGAS, J. S.; GOBARA, S. T. Interações entre o aluno com surdez, o professor e o intérprete em aulas de física: uma perspectiva vygotskiana. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v. 20, n. 3, p. 449-460, jul.-set., 2014.

WILCOX, P. P.; WILCOX, S. **Aprender a ver.** Rio de Janeiro: Arara Azul, 2005.

YIN. R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 3 ed., Porto Alegre: Bookman, 2005.